



O VITORIOSO 30 DE AGOSTO e a continuidade do processo de lutas no Brasil

Págs. 04 e 05



SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

146

AGO/SET 2013



FILIADO À **CONDSEF**

EDITORIAL

A corrupta democracia
burguesa

Pág. 02

CONJUNTURA

Contra a precarização e
a retirada de direitos

Pág. 03

GIRO NOS ÓRGÃOS

IPEN, INCRA, DNIT,
IBAMA e MINISTÉRIO
DA SAÚDE

Págs. 06 e 07

ATIVIDADES

Encontro Nacional do
MML / Congressos do
Sindsef-SP e da Condsef

Pág. 08



Mudamos de endereço!

NOVO ENDEREÇO:

Rua Alvares Penteado, nº 97 – 6º andar,
Centro, São Paulo-SP – CEP 01012 001

TELEFONES PROVISÓRIOS

(11) 3106-6402 (Atendimento) | (11) 3107-4110 (Jurídico)



A corrupta democracia burguesa

Mesmo após as jornadas de junho e as paralisações promovidas pela classe trabalhadora – em que ficou evidente a insatisfação do povo brasileiro com a política atual –, a Câmara dos Deputados não se constrangeu em rejeitar a cassação do mandato do parlamentar presidiário Natan Donadon (até o fechamento desta edição, a sessão que rejeitou sua cassação estava suspensa por liminar do STF). Isso mostra que o combate à corrupção é muito mais complexo do que se supõe. Não dá para confiar essa tarefa aos próprios políticos que estão no poder.

O Brasil possui hoje a possibilidade de reeleição presidencial graças a um esquema de compra de votos orquestrado pelo governo FHC. Servidores públicos também perderam direitos por conta da Reforma da Previdência comprada com dinheiro do mensalão em 2003. O PT não apenas assimilou os mecanismos de corrupção dos tucanos, como herdou até mesmo seus operadores, a exemplo do publicitário Marcos Valério. Estamos vendo há muito tempo, em imagens obscenas, como se faz política no Brasil. Reforma política resolve? É improvável.

Mesmo com uma nova assembleia constituinte, que motivos temos para supor que os grupos conservadores hegemônicos no Congresso – bancada ruralista, bancada evangélica, etc. – perderiam espaço? É grande a chance de ocorrer o contrário, ou seja, que esses grupos imponham retrocessos ainda maiores à Constituição. Voto distri-

tal? É a institucionalização dos currais eleitorais.

Não é possível mudar o país sem reconhecer quem são os responsáveis por nossas mazelas, aqueles que devem ser retirados do poder: os latifundiários, banqueiros e grandes empresários. Eles se mantêm no comando da nação por força do seu poder econômico. O mesmo poder que lhes permite burlar as instituições democráticas por meio de propina, tráfico de influência e outras artimanhas. E são eles que financiam as campanhas eleitorais milionárias dos partidos da ordem: PT, PSDB, PMDB, DEM, etc. Depois, quem quer que tenha sido eleito, tem de pagar a fatura.

Ora, se há dinheiro para as obras da Copa e para grandes hidrelétricas, sob responsabilidade de poderosos consórcios econômicos, por que não há dinheiro para transporte público de qualidade? O governo destina menos de 1% do orçamento para transporte. Enquanto isso, essas grandes obras – cuja real necessidade é questionável – são tocadas frequentemente ao arpejo das leis ambientais e trabalhistas. É o poder do dinheiro que fala mais alto.

Mas a corrupção é apenas uma das formas pelas quais se desvia dinheiro dos trabalhadores para incrementar o lucro da burguesia. Na maioria das vezes, esse desvio se dá por meio de instrumentos “legais”, como a Desvinculação de Recursos da União (DRU). Foi assim que R\$ 58 bilhões foram surrupiados da Seguridade Social em 2012. E o governo ainda vem dizer que a Previdência Social é deficitária. Mentira! No ano

passado, mesmo com as desonerações fiscais, o superávit foi de R\$ 78 bilhões. Não há, portanto, justificativa para as reformas previdenciárias de 1999 e 2003.

Agora, o governo Dilma está prestes a patrocinar, por vias “legais”, mais um saque ao patrimônio do povo brasileiro: deve ocorrer no final de outubro o primeiro leilão das reservas de petróleo do pré-sal. Empresas privadas vão se apropriar de recursos que poderiam financiar autênticas políticas de distribuição de riqueza, como a reforma agrária. A exploração capitalista dos recursos naturais só empobrece o povo. Ainda mais que as reservas minerais são finitas. Vão se esgotar um

dia e quem terá lucrado com isso? Apenas os ricos.

Nós, trabalhadores, estamos sendo roubados seja por meio de práticas consideradas criminosas, seja por meio de práticas consideradas legítimas do ponto de vista da democracia burguesa. Por isso, o combate à corrupção passa pela luta organizada da classe trabalhadora. É preciso exigir a prisão de todos os corruptos e corruptores. Mas também é necessário romper com o atual sistema econômico, que concentra a riqueza e, por conseguinte, o poder político nas mãos de poucos, à custa da miséria do povo e da espoliação dos recursos naturais do país.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2013 JUNHO JULHO

	JUNHO	JULHO
SALDO INICIAL	R\$ 19.771,75	R\$ 26.892,58
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagto. empréstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 181.241,79	R\$ 180.539,88
DESPESAS		
ADMINISTRATIVO (Aluguel da sede central e do núcleo de Pirassununga, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 28.102,46	R\$ 24.104,54
FUNCIONARIOS (FGTS, salários, seguro saúde, INSS, V.R., V.T etc.)	R\$ 57.116,78	R\$ 55.582,55
SINDICAL (Assembleias, palestras, cursos, atos, viagens, reunião de diretoria, doações etc.)	R\$ 19.681,62	R\$ 38.880,48
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática, motoboy, vigia noturno etc.)	R\$ 31.004,26	R\$ 29.677,18
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 6.108,00	R\$ 5.260,00
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 2.544,82	R\$ 2.193,96
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF, CSP-Conlutas etc.)	R\$ 22.706,55	R\$ 22.655,62
VEICULO (Seguro, combustível, pedágio, estacionamento etc.)	R\$ 1.802,67	R\$ 1.896,80
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 5.053,80	R\$ 2.123,01
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 174.120,96	R\$ 182.374,14
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ 7.120,83	(-) R\$ 1.834,26
SALDO FINAL	R\$ 26.892,58	R\$ 25.058,32

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Alvares Penteado, 97 - 6º andar, Centro, São Paulo/SP - CEP: 01012-001
Tel. provisório: (11) 3106-6402 | Tel.: (11) 5085-1157 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) | E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br | Jornalistas responsáveis: Fábria Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)
Colaborou para esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 7.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda.



Contra a precarização e a retirada de direitos



Depois das gigantescas manifestações de junho e das paralisações dos setores organizados dos trabalhadores, onde as palavras de ordem entoadas nas ruas, dentre outras coisas, questionavam os gastos bilionários com os megaeventos, em detrimento de investimentos em serviços essenciais como saúde, transporte e educação, Dilma, mais uma vez, foi à televisão, às vésperas do Dia 7 de Setembro, para defender as políticas do governo com promessas de melhoria das condições de vida.

Dilma falou sobre o “Programa Mais Médicos”, como uma grande saída de seu governo para o problema da saúde, incentivando a ida de médicos para as periferias e para o interior do país. Mas não contou que devido às condições precárias e a falta de recursos, poucos médicos brasileiros se inscreveram.

O governo foi atrás de médicos no estrangeiro, firmando um acordo comercial com Cuba. Muita polêmica se fez com a vinda dos médicos cubanos. Em primeiro lugar, é preciso repudiar qualquer tipo de intolerância

e hostilidade presente nos discursos xenófobos, racistas e corporativos e defender o direito dos trabalhadores cubanos ou de qualquer outra nacionalidade trabalharem no Brasil.

Porém, alguns pontos do programa precisam ficar claros. Já está em curso no país um verdadeiro processo de precarização da mão de obra, que se expressa na tentativa de aprovação do PL 4330 que possibilita a terceirização das áreas fins.

O “Programa Mais Médicos” é só mais um exemplo da precarização. Os trabalhadores cubanos serão submetidos a relações e condições de trabalho muito precárias, sendo contratados como bolsistas de “aperfeiçoamento em serviço”. Eles não terão direito a vínculos empregatícios, nem direitos trabalhistas, como FGTS, férias ou 13º salário, regulamentados na Constituição Brasileira. Do pagamento de R\$ 10.000,00 referentes à bolsa do “Programa Mais Médicos”, repassados ao governo cubano, apenas R\$ 2.500,00 serão destinados a cada médico no Brasil.

O pagamento das bolsas de estudos e de todas as despesas do

projeto será realizado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, uma terceirização da gestão pública a qual o Governo Federal tenta implantar em toda a rede de hospitais, institutos e hospitais universitários. Trata-se de uma das maiores transferências na história brasileira de fundo público para o setor privado. Esta empresa estará dispensada de licitar todos os gastos com o programa, favorecendo o desvio de dinheiro público.

O governo brasileiro tenta dar a impressão de que avança na resolução dos problemas de saúde, mas não altera o fundamental, a situação de sucateamento do SUS. Não adianta ter médicos se faltam leitos, equipamentos e remédios para atender dignamente a população.

O caos na saúde é apenas um exemplo. É preciso investir nos serviços públicos de forma geral e isto passa por realizar concursos e dar condições dignas de trabalho para que os servidores possam atender a população com qualidade.





O VITORIOSO 30 DE AGOSTO E A CONTINUA

A forte adesão dos servidores públicos federais de São Paulo contribuiu para que o



Lara Topely

Mais de 10 órgãos do executivo federal se somaram à proposta das centrais sindicais no dia 30 de agosto e fizeram paralisações em São Paulo. Pela manhã, o Sindsef-SP marcou presença no ato em frente ao INSS, no Viaduto Santa Ifigênia; à tarde, na manifestação na Avenida Paulista.

Estiveram na atividade conjunta com o Sintrajud, Sinsprev e Sinal, os servidores do ICMBio, Ibama, ex-LBA, MTE, SPU, Inca e do Ipen. Os servidores do Ipen também participaram do fechamento do portão da USP. Fundacentro e Dnit também aderiram ao

movimento. A Marinha Mercante parou em Santos e o MTE, nos municípios de Presidente Prudente e São José dos Campos, além da capital.

Em frente ao Fórum Cível Pedro Lessa, Carlos Daniel, servidor do Ibama e diretor do sindicato, destacou a necessidade de antecipação da última parcela do reajuste, de 2015 para janeiro de 2014, porque “o aumento que Dilma prometeu para 2015, a inflação já comeu” e defendeu a incorporação dos benefícios ao vencimento básico, a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e a anulação da reforma da previdência.



Fabíola Corrêa



Lara Topely

15,8% DE REAJUSTE, 18,48% DE INFLAÇÃO ACUMULADA NO PERÍODO

Um estudo técnico feito pela Subseção do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) na Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) apontou que, devido ao nível elevado de inflação e a flutuação de aumentos de preços, será preciso rever o reajuste dos salários dos servidores. O aumento

conquistado pelos servidores através da greve de 90 dias, ainda que seja antecipado, será inferior às perdas inflacionárias.

A antecipação da última parcela é urgente. Tanto, que até o ministro Joaquim Barbosa, que recebe um salário de quase R\$30 mil, já pediu a sua! Enquanto isso, a média salarial dos servidores não chega a

10% da remuneração do ministro.

Segundo o documento do Dieese: “Na avaliação das tendências da inflação pela autoridade monetária desde a reunião anterior do Comitê a mediana das projeções coletadas pelo Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais (Gerin) para a variação do IPCA

em 2013 elevou-se de 5,68% para 5,81%. Para 2014, a mediana das projeções de inflação elevou-se de 5,70% para 5,80%. Assim, se considerarmos o IPCA acumulado durante o ano de 2012, já verificado, e as projeções de 2013 e 2014 a inflação acumulada no período será de 18,48%, o que supera o índice de 15,8% considerado nos reajustes negociados”.

De acordo com Ismael de Souza, servidor do MTE e diretor do Sindsef-SP, quando chegar 2015, a última parcela do reajuste, que seria pouco mais de 5%, não será nada, ou pior, significará uma perda de -3%. “Já começou uma discussão no âmbito da nossa Confederação de que é preciso construir uma greve geral no ano que vem”, informou.

IDADE DO PROCESSO DE LUTAS NO BRASIL

Dia Nacional de Paralisações superasse o movimento realizado no dia 11 de julho



DIVERSOS SETORES PARARAM DE NORTE A SUL

O nível de participação foi diferente em cada Estado, mas, de norte a sul, os trabalhadores reafirmaram que estão dispostos a lutar e que há uma mudança na conjuntura política do Brasil neste aspecto.

Além do funcionalismo público federal, cruzaram os braços, total ou parcialmente, trabalhadores da rede estadual e municipal, da construção civil, do transporte, petroleiros, metalúrgicos, gráficos, entre outras categorias. Também aconteceram bloqueios de estradas e avenidas, atos e passeatas. Os movimentos popular e estudantil realizaram ações importantes, tendo o Luta Popular e a ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre) à frente.

DESENVOLVIMENTO E CONTINUIDADE DAS MOBILIZAÇÕES

No aspecto do crescimento do processo de luta, vale destacar o setor dos transportes, onde o número de estados com paralisações subiu de 2, na manifestação anterior convocada pelas centrais sindicais, para 11 no dia 30 de agosto. Os metalúrgicos de São José dos Campos cumpriram um papel importante para a grandiosidade da manifestação.

A participação de aproximadamente 70% da base do Sindsef-SP foi fundamental para fortalecê-la. E, ainda no serviço público, a greve na educação em 12 estados, dos quais muitos continuam parados, também ganhou evidência.

O governo Dilma forjou uma abertura de negociação sobre o Fator Previdenciário

com a CUT, a Força Sindical e a UGT, com objetivo de substituí-lo pelo Fator 85/95 – que significará mais um ataque, em especial para aqueles que começaram a trabalhar mais cedo. O fim do fator previdenciário já foi aprovado em 2009, mas foi vetado pelo então presidente Lula. Agora, Dilma quer trocá-lo pela fórmula que impõe que a soma da idade com o tempo de contribuição atinja o total de 85 anos para as mulheres e 95 anos para os homens. As centrais pisaram no freio e diminuíram o peso nas manifestações unificadas. Apesar deste recuo, o 30 de agosto foi um forte dia de protestos.

A participação da CSP-Conlutas foi decisiva para o bom resultado do Dia Nacional de Paralisações. A nossa

Central orienta a continuidade das mobilizações, com um programa que vai além da plataforma definida com as demais centrais, por uma mudança na política econômica do governo, construindo a transformação da sociedade.

É necessário fortalecer as campanhas salariais em curso, conciliando-as com o processo de luta. Vamos unificar as nossas reivindicações específicas com as demandas gerais da classe trabalhadora. A principal pauta que unifica todo o movimento sindical agora é contrária aos leilões do petróleo, referente à maior privatização do patrimônio público, uma gigantesca perda econômica e da soberania nacional. O próximo leilão está marcado para o dia 21 de outubro.

7 DE SETEMBRO



No dia em que se comemora a Independência do Brasil, trabalhadores e estudantes se uniram para denunciar o modelo político e econômico. O 19º Grito dos Excluídos, com lema Juventude que Ousa Lutar Constrói Projeto Popular, foi marcado por protestos fortemente reprimidos pela polícia militar em diversas regiões do país.

Em São Paulo as palavras de ordem “Fora Alckmin”, por melhorias na educação, saúde e contra a privatização do

petróleo, reuniram cerca de mil pessoas pela manhã. Os participantes saíram em passeata da Praça da Sé ao Parque da Independência. À tarde, uma manifestação convocada nas redes sociais aglutinou diversos setores no Vão livre do MASP, dividindo-se em três grupos. O maior deles contou com a presença da ANEL, grupo Reviravolta e Juntos, caminhou em direção à Assembleia Legislativa e encerrou o ato no Parque Ibirapuera.



IPEN

Contra a quebra do monopólio dos radiofármacos

A assembleia dos servidores do IPEN, realizada em 28/08 aprovou, entre outros pontos, a campanha contra a quebra do monopólio estatal para a produção de radiofármacos, que são importantes e estratégicos medicamentos utilizados no diagnóstico e tratamento de uma ampla gama de doenças relacionadas à cardiologia, à neurologia e à oncologia.

Os diferentes tipos de radiofármacos são produzidos em institutos da Comissão Nacional de Energia Nucle-

ar (CNEN), como o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), em São Paulo. Em 2006, o Congresso Nacional aprovou a quebra do monopólio estatal para a produção dos radiofármacos de meia-vida curta, menor que 2 horas. O argumento foi que, por serem produtos com pequeno tempo de utilização, seria interessante permitir a sua produção pela iniciativa privada que os produziria próximo aos grandes centros urbanos de todo o país.

Logo após esta aprovação surge outra proposta, de autoria do Senador Álvaro Dias (PR), que propõe a quebra do monopólio para a produção dos demais radiofármacos, ou seja, os de meia-vida não-curta. Esta PEC, que se transformou na PEC 517/10, já foi aprovada no Senado e tramita atualmente na Câmara. Estranhamente, o argumento utilizado pelo senador é exatamente o mesmo utilizado para a quebra do monopólio anterior, completamente descabido,

já que estes radiofármacos têm evidentemente meia-vida maior que as duas horas e são atualmente produzidos e distribuídos rotineiramente pela CNEN a clínicas e hospitais de TODOS os estados da Federação. Portanto não há necessidade alguma de se quebrar este monopólio da União.

O acesso a exames de medicina nuclear é dificultado, não por problemas relacionados à produção e distribuição dos radiofármacos, mas por não estarem amplamente disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde. A expansão do acesso da população a estes diagnósticos e tratamentos, não passa pela privatização (quebra de monopólio), mas sim, pelo aumento de forma significativa, por parte do SUS, da oferta dos procedimentos com radiofármacos.

Caso aprovada, a PEC 517 favorecerá apenas as multinacionais interessadas em lucrar também com a medicina nuclear, enquanto a população será prejudicada. É nociva à segurança nuclear brasileira, ao desenvolvimento

tecnológico, à autonomia e soberania do país. Além disso, trata-se da mercantilização da saúde pública.

E o mais absurdo é que vem sendo investidas enormes somas de dinheiro público, tanto para modernizar a produção atual destes radiofármacos, quanto na construção do Reator Multi-Propósito Brasileiro (orçado em US\$ 500 milhões), que terá como uma de suas principais funções produzir os insumos para a produção dos radiofármacos, tornando o Brasil totalmente independente nesta área. O que esperam? Que após o país investir e construir este reator, entregue às multinacionais a produção dos radiofármacos?

O Sindsef-SP denuncia mais esta medida contra independência e autonomia do Brasil, contra a a população mais carente, e convida a todos a se unirem a esta campanha contra a quebra do monopólio dos radiofármacos, pela expansão da medicina nuclear no sistema público de saúde! Saúde não pode rimar com lucro!



INCRA

“Reforma agrária é discurso rebaixado”, afirma presidente do Incra

Em meio à campanha salarial dos peritos agrários do Incra, tratada com a costumeira intransigência pelo governo, o presidente do órgão, Carlos Guedes, produziu a seguinte pérola: “Reforma agrária no século XXI é um discurso rebaixado”.

Passada a indignação, a declaração revela a verdadeira compreensão do governo sobre a questão agrária no Brasil. Também explica o desempenho de Dilma no setor, o pior dos últimos 20 anos, e os recentes retrocessos na área ambiental e nos direitos dos povos indígenas e quilombolas ao seu território.

Debate em SP - “A questão agrária no Brasil hoje” foi tema do debate realizado no auditório do Incra/SP, em 20 de agosto. Servidores do Ibama, MTE e SPU se somaram aos trabalhadores do Instituto, que compareceram em

peso, para contribuir com o evento.

Durante o debate, os professores Carlos Alberto Feliciano (Unesp) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP) abordaram as propostas de política de reforma agrária desde o governo Sarney até os dias atuais, o aumento dos conflitos por terra, a criminalização dos movimentos sociais, a atuação do MST e as mobilizações no campo.

Feliciano apresentou dados sobre os projetos de reforma agrária nos diferentes governos desde 1985 até o governo Dilma. Utilizando gráficos e mapas o professor demonstrou “que o que os camponeses e os sem terra querem não é o que o Estado faz”.

Ariovaldo questionou: “Como em um país onde nunca foi feita a reforma agrária podem dizer que não querem a reforma agrária clássica?”. A pérola

proferida por Guedes confirma a declaração de Ariovaldo de que, para o PT, a reforma agrária não é importante e, ainda segundo ele, “Dilma tem convicção de que a reforma agrária não é necessária”.

A falta de condições de trabalho e o assédio moral sofrido cotidianamente pelos servidores também foram colocados em discussão pelos participantes.



Agrônomos do Incra - Em 2012, os peritos rejeitaram a proposta de reajuste do governo, de 15% parcelados em três anos. No dia 29 de agosto voltaram a rejeitar a proposta do MPOG, basicamente a mesma do ano passado, mas agora parcelada em duas vezes. Como ato de protesto, 60 peritos federais agrários entregaram cargos de chefia em todo o país.



DNIT

Servidores encerram greve e mantêm recusa dos 15,8%

Após 74 dias de greve, os servidores do DNIT voltaram a rejeitar os 15,8% oferecidos pelo governo e encerraram o movimento. A decisão foi tomada nas assembleias estaduais realizadas em 06 de setembro. Mesmo com o fim da greve, continuam fortemente mobilizados e, para discutir os próximos passos, participam de uma plenária nacional setorial em 11 de setembro. A intransigência do governo não conseguiu ser quebrada, mas a categoria sai fortalecida e mais organizada desta paralisação.

Para o servidor da autarquia e diretor do Sindsef-SP, Paulo Garcia, “os objetivos da greve foram alcançados, embora não possam ser vislumbrados agora”, e continua: “este movimento foi marcante e histórico,

onde prevaleceu a união, a organização e a determinação”.

A greve nacional atingiu todos os estados e a sede em Brasília. Ao perceber o nível de mobilização, o governo apelou: impôs, através do STJ, o retorno de 50% ao trabalho, exonerou liderança, determinou o corte de ponto e, ainda, apresentou uma tabela “da maldade”, onde aumentava a disparidade já existente no órgão.

Mas a cada investida, os servidores reagiam com estratégias para impulsionar o movimento: fizeram manifestações, denunciaram irregularidades e perseguições e buscaram apoio político para as reivindicações, entre outros.

A principal pauta do setor, que não assinou o acordo de 2012 e está sem reajuste desde 2008, é pela re-

estruturação da carreira e pela equiparação salarial com setores que desempenham funções similares a suas atribuições.

“Os 15,8% são uma recomposição salarial e nós não estamos pleiteando isso. Queremos um reposicionamento salarial da carreira diante da importância que ela tem”, defendeu o diretor do Sindsef-SP e servidor do DNIT, André Hernandez.

Reformulação do DNIT - Os rumores sobre a reformulação do DNIT ganharam mais consistências com as declarações do Ministro dos Transportes, César Borges, ao Jornal O Globo, em 02/09.

De acordo com a reportagem, o DNIT vai se transformar em Departamento de Infraestrutura Rodoviária (DIR) e perderá atribuições, passando a cuidar apenas das rodovias.

Segundo André Hernandez, até o momento não houve nenhum comunicado oficial ao quadro de servidores. “Esta possível mudança é um elemento novo e remete a um passado bastante ruim, porque a criação de empresas públicas, muitas vezes passa pela extinção do órgão, como ocorreu com o DNER”.

Hernandes, que atua hoje no setor ligado às hidrovias, considera que a maior preocupação entre os servidores “é como isso vai acontecer?”.

“O movimento grevista estreitou a relação entre os servidores e fortaleceu o sentimento de classe. Hoje temos uma categoria fortemente organizada para o enfrentamento que está por vir”, conclui.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Denúncias de assédio e descaso com o servidor

Os guardas de endemias, lotados no Ministério da Saúde (ex-Funasa), cedidos para trabalhar nos municípios denunciam a situação de abandono em que se encontram. O loteamento político das prefeituras culmina em contratações de pessoas despreparadas, gerando sérias consequências aos servidores.

Segundo relato, chefias tentam obrigar o manuseio de inseticidas sem o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Em alguns casos, o assédio constante prejudica a saúde do servidor, que trabalha sob forte tensão emocional.

O contato com inseticidas, sem a devida proteção, já causou e ainda vem causando adoecimentos e mortes entre a categoria. Os guardas de endemias já enfrentaram este problema na extinta Sucam, atual Funasa.

Na avaliação do Sindsef-SP, estes conflitos poderiam ser facilmente solucionados pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde, responsável pela distribuição e acompanhamento dos servidores. Mas, o Núcleo jamais apareceu para saber como está a vida dos cedidos, dando a entender que eles não possuem qualquer responsabilidade com os servidores.



IBAMA

Sindsef conquista importante vitória jurídica contra o assédio moral

O Sindsef-SP conquistou uma importante vitória no combate ao assédio moral existente no IBAMA. Em agosto, uma decisão judicial suspendeu temporariamente a punição aplicada ao servidor Antônio Ganme, um dos envolvidos no episódio da operação da fiscalização do Porto de Santos, em julho de 2010.

Depois de sofrer três Processos Administrativos Disciplinares (PAD's) e os mais diversos tipos de perseguições e assédio, Ganme foi punido de forma irregular com 30 dias de suspensão do trabalho.

O departamento jurídico do Sindsef-SP, que vem atuando em defesa de Antonio e demais servidores vítimas de assédio, ajuizou ação pedindo anulação dos efeitos do processo administrativo (PAD 02027.000612/2012-00) e ainda o pagamento de indenização por danos morais.

Em resposta, o juiz manda o IBAMA suspender imediatamente a aplicação da penalidade “visando resguardar o eventual direito do autor (Antônio Ganme)”.

Infelizmente, o assédio moral é uma realidade, e vem se agravando, em toda a administração pública. Frequen-

temente, a vítima é o trabalhador ciente do seu dever e responsabilidade como agente público, mas que se recusa a contribuir com os desvios de conduta de alguns gestores.

O assédio provoca graves prejuízos ao servidor. Leva à depressão, ao estresse, ao desinteresse pelo trabalho e, no limite, ao desenvolvimento de doenças ou agravamento de problemas de saúde já existentes, criando um ambiente de trabalho extremamente desestimulante.

É preciso denunciar o assédio moral. Esta é uma luta de todos e o Sindsef-SP vem atuando firmemente para combater esta prática.



1º Encontro Nacional do MML: uma ferramenta para avançar no combate ao machismo e à opressão

Cientes da necessidade de avançar na luta por igualdade de direitos para as mulheres, o Movimento Mulheres em Luta (MML) promove seu 1º Encontro Nacional, de 4 a 6 de outubro, na cidade de Sarzedo (MG). O objetivo é fortalecer e organizar as trabalhadoras para combater o machismo, o preconceito e a opressão.

Os dados do Censo 2010 revelam que a maioria da população do país é feminina (51%), que elas compõem 43,9% da força de trabalho e que são responsáveis pelo sustento de 37,3% dos lares brasileiros.

No entanto, as mulheres são o segmento mais explorado da classe trabalhadora. Por isso, é preciso incluir suas demandas nas pautas de reivindicação das campanhas salariais e sociais, para que mais mulheres se envolvam na luta política e sindical, pois atualmente estes espaços

ainda são predominantemente masculinos.

O 1º Encontro do MML ocorre após um período de intensas mobilizações e em um cenário político mais favorável para as reivindicações. A significativa participação feminina no Dia Nacional de Mobilizações, em 11 de julho, influenciou na inclusão da pauta “trabalho igual para salário igual”, no dia 30 de agosto – Dia Nacional de Paralisação.

A política econômica adotada pela presidente Dilma não tem comprometimento com a classe trabalhadora. A falta de investimento nos serviços públicos essenciais como saúde, educação e transporte, aliado ao fato de vivermos em uma sociedade machista, afeta principalmente o dia a dia das mulheres.

A ausência de creches públicas, certamente está entre os problemas mais sentidos pelas mães trabalhadoras. A precarização do transporte público gera superlota-

ção e favorece a prática de assédio e violência sexual. O crescimento alarmante da violência doméstica é outro fator de suma importância na programação do 1º Encontro do MML.

No serviço público federal, o machismo se expressa de forma mais sutil. Por exemplo, apesar das mulheres serem maioria na categoria, os cargos de chefias são ocupados majoritariamente por homens. A falta de creche também afeta diretamente este setor, já que os valores destinados a este fim estão aquém dos praticados pelo mercado.

Como se vê, eleger uma mulher presidente do país não foi suficiente para mudar a realidade das trabalhadoras.

O 1º Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta busca organizar o combate ao machismo e todas as formas de opressões e avançar na estruturação e na organização do MML, debatendo e definindo um estatuto,



I ENCONTRO NACIONAL



MOVIMENTO MULHERES EM LUTA



4, 5 e 6 DE OUTUBRO | 2013

POUSADA DO REI SARZEDO
GRANDE BELO HORIZONTE | MG

to, elegendo uma nova Executiva Nacional, que junto com as executivas estaduais e os sindicatos possa encabeçar a organização das lutas e campanhas.

CONGRESSOS DO SINDSEF-SP E DA CONDSEF



Em agosto iniciou-se a rodada de assembleias na capital e no interior para eleger os delegados que participarão do 18º Congresso do Sindsef-SP e do XI Congresso da Confederação Nacional dos Servidores (Condsef).

O 18º Congresso do Sindsef-SP será nos dias 14 e 15 de novembro, na capital paulista.

Já o XI ConCondsef, acontece de 11 a 15 de dezembro, na cidade de Beberibe/CE.

Visando uma intervenção organizada, o Sindsef-SP elaborou, e está divulgando nas assembleias, uma tese propondo mudanças na estrutura da Condsef.

A diretoria do Sindsef-SP defende: Desfiliação da CUT, limitação dos mandatos da direção

nacional, eleição com voto secreto, rotatividade dos dirigentes liberais, pelo fim do imposto sindical, cota de 30% para mulheres na direção e fim dos delegados natos. O objetivo principal é avançar na democracia da confederação e na defesa do trabalhador.

Continue acompanhando o roteiro de assembleias, amplamente divulgado no site e no facebook.

MANTENHA-SE INFORMADO! ACESSO NOSSO SITE WWW.SINDSEF-SP.ORG.BR E CURTA SINDSEF-SP NO FACEBOOK!